

EDITORIAL

Com mais de 60 milhões de votos no segundo turno, representando a maior votação obtida por um candidato ao Palácio do Planalto, a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva, ao seu terceiro mandato como presidente da República, desperta a possibilidade de retomada de um Brasil, que parece à deriva desde 2018.

Os últimos quatro anos se configuraram como um contexto de muito retrocesso, uma conjuntura de esfacelamento político, econômico, educacional, ambiental e entre outros elementos que levaram a danos que levarão anos, quem sabe até décadas, para serem revertidos ou atenuados. Outros, no entanto, são irreparáveis, é improvável mitigar os prejuízos causados às famílias das 692 mil vítimas da Covid-19. Como também, a dubitável recomposição das vastas extensões destruídas dos biomas brasileiros, a destacar a Floresta Amazônica e o Cerrado.

Outrossim, o ano de 2022 será lembrado na história do Brasil, entre outras coisas, como o da defesa da Democracia e um basta à desvalorização da educação e da ciência nacional, ao assombro da fome que voltou a assolar grande massa da sociedade brasileira, à crescente incitação ao ódio e propagação de *fake news*.

Por isso, o dia 30 de outubro foi memorável, na medida em que milhões de eleitores puderam exercer o seu direito e fizeram cumprir a Constituição Federal de 1988, comprovando que “todo poder emana do povo [...]”. Assim, a nação depositou nas urnas eletrônicas [que tanto foram atacadas] a esperança de respeito às instituições e ao povo. Essa data é como um recomeço, um ponto de partida para novas mudanças e para restabelecimento da condição de entidade soberana e capaz de construir um futuro promissor, bem diferente dessa triste realidade. Como já disse um célebre compositor: “Apesar de você/Amanhã há de ser outro dia”.

Nesse particular, a expectativa que aflora em todos nós, são de dias melhores, um porvir que nos reserve grandes conquistas sociais, econômicas e educacionais capazes de refletir o vislumbre de um país que priorize o bem-estar comum de toda a população. Porquanto, como bem declarou, o presidente eleito, Lula, em seu primeiro pronunciamento após a vitória: “Esta não é uma vitória minha, nem do PT, nem dos partidos que me apoiaram nessa campanha. É a vitória de um imenso movimento democrático que se formou, acima dos partidos políticos, dos interesses pessoais e das ideologias, para que a democracia saísse vencedora”.

Nesse ínterim, o êxito obtido pelo candidato foi uma resposta dos brasileiros à gestão do governo que se finda, um não à escalada autoritária e a qualquer tentativa de ruptura institucional e democrática. Foi um alerta para todos de que se é permitido tecer críticas a Carta Magna, mas sem desrespeitá-la, como tão bem ilustrou o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães quando pontuou: “A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria”.

Nesse ínterim, o movimento eleitoral da última campanha demonstrou que o povo brasileiro provou não ser insidioso da nação, descumpridor das leis. Votar é o maior ato democrático que se pode exercer, aquele que nos consolida como verdadeiros cidadãos, indivíduos em busca de um país mais justo, fraterno e que reivindica justiça social. Milhões de pessoas mostraram de forma prática e bastante objetiva que a esperança venceria o rancor, a aversão ao saber, a mentira e o desamor.

Por isso, tal caminho não se deu unicamente ou, tão somente, por um cálculo decisório de preferir um lado ou outro. A ação de escolher o representante foi também a manifestação daqueles que queriam ver os mais pobres e humildes, os negros, os indígenas, as mulheres, a comunidade LGBTQIA+, os movimentos sociais, as religiões afrodescendentes e todo o conjunto de diversidade tendo a garantia de não ter mais violado o seu direito de existir e de ser.

Ao mesmo tempo, com 69,34% dos votos válidos da Região Nordeste e vencendo nos estados do Amazonas, Pará, Tocantins e Minas Gerais, a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) mostrou o quanto a dimensão espacial, dentro do processo de representação política, ainda é central. A geografia dos votos no Brasil deixou nítida a necessidade de ficarmos atentos às práticas e condutas políticas no espaço.

A conquista de 13 dos 26 estados da União, no segundo turno das eleições, afirma a importância de estarmos atentos, também, a representação política como uma relação entre o cidadão e o seu território. Por isso, ao olhar o mapa do resultado eleitoral, temos muitas questões que precisam ser observadas entre o jogo político-social, principalmente, num país de dimensões continentais como o nosso. Precisamos, ainda, como diz Krenak, “adiar o fim do mundo”.

Nesse sentido, e dentro da atual conjuntura, a vigésima edição da Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais dá continuidade à missão do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) de trazer um conteúdo fruto de investigações científicas e dedicação de diversos pesquisadores do Brasil e de outras nacionalidades. É uma publicação que mostra que a resistência é o caminho que marca a sua condição de fazer ciência, principalmente, depois desses quatro últimos anos.

A Revista afirma que precisamos continuar lutando pela reconstrução da educação e da ciência no Brasil, dizendo não ao projeto de destruição de povo e da sua nação. Ao mesmo tempo, reafirmamos a função da Geografia como conhecimento que tem papel, também, eminentemente político, e capaz de

desvendar e indicar os caminhos a serem seguidos pela sociedade, nas diversas formas de utilização da natureza.

Para isso, a atual publicação apresenta um conjunto de artigos dividido em duas seções. Na primeira parte, observa-se 7 textos que abordam temáticas de diversos contextos sociais e dinâmicas territoriais, mantendo uma tradição de ser uma produção acadêmica aberta e que valoriza as várias realidades dentro do seu processo de construção histórica.

Sumariamente, o artigo *O Parque Capibaribe como reintegração entre cidade e suas águas*, de Anna Karina Borges de Alencar, aborda a problemática envolvendo a crescente urbanização do Recife que se fez num histórico conflito com suas águas. Nessa ótica, o escrito propôs uma reflexão da noção de desenvolvimento sustentável, a partir do Projeto Parque Capibaribe.

No texto de Lincoln da Silva Diniz, intitulado *A Geografia econômica da cidade local: uma análise das transformações comerciais, conflitos e redefinições na cidade de Sumé/PB*, o autor debruçou-se a investigar a dinâmica econômica das pequenas cidades, ou cidades locais, tendo como foco de análise o município paraibano de Sumé.

Seguidamente, o escrito *Estudo e trabalho nos percursos de jovens brasileiros em Portugal: compreendendo suas trajetórias a partir dos conceitos de projeto e campo de possibilidades*, de Bianca Lyrio Matheus Aguiar Pinho, através de concepções teóricas conceituais do antropólogo Gilberto Velho, promove uma reflexão acerca da trajetória de jovens imigrantes brasileiros, que desembarcaram em Portugal em busca de educação e trabalho.

O artigo em língua francesa, *Pour une ville douce (Por uma cidade doce)*, desenvolvido por Lise Bourdeau-Lepage, oferece uma análise urbana a partir da noção da cidade doce, estimulando a refletir a necessidade urgente do desenvolvimento de uma consciência ecológica. O escrito evidencia que é chegado o tempo de reconciliar o homem e o meio como única via de acesso a uma melhor qualidade de vida.

Em posterior, o escrito de Beatriz Maria Soares Pontes, *Movimento de resistência socioterritorial pretérito (Século XVIII) que resultou em conflito armado: a Guerra Guaranítica*, no qual se discute as razões da Guerra Guaranítica realizada pelos índios Guarani, contra as tropas luso-espanholas, no sul do Brasil, além dos desdobramentos históricos, a autora busca evidências suas perdas, os seus ganhos, bem como o significado do conflito, no tocante à história da civilização brasileira.

No escrito *Ações de extensão rural nos assentamentos Belo Horizonte e Florestan Fernandes, Alagoas: percepção e desafios*, os autores Luiz Gustavo de Oliveira, João Manoel da Silva, Tania Marta Carvalho dos Santos e Jakes Halan de Queiroz Costa, objetivaram estudar as ações de assistência técnica e extensão rural realizadas nos assentamentos Florestan Fernandes e Belo Horizonte e a percepção dos produtores em relação as atividades realizadas.

O artigo intitulado *A população em situação de rua como negação ao direito à cidade: um ensaio teórico*, e escrito por Anna Lidiane Oliveira Paiva, Caio César Lima Dantas, Débora Kamila da Silva e Hugo Arruda de Moraes, objetivou apresentar uma reflexão teórica acerca da condição da população em situação de rua no espaço urbano como negação ao conceito de direito à cidade.

Na segunda seção, a Revista apresenta o Dossiê do III Colóquio Internacional sobre Cidades Litorâneas e Turismo – III CILITUR, com o tema “Turismo e Produção do Espaço Litorâneo: processos, conflitos e contradições”, do qual foram selecionados e publicados sete artigos.

O primeiro, *Mapa dinâmico CILITUR enquanto mapa digital interativo: uma proposta de sistematização da produção do espaço pelo turismo no litoral brasileiro*, de Luciano Muniz Abreu e Cristina Pereira de Araújo, apontou os procedimentos metodológicos e os potenciais dos mapas digitais interativos como ferramenta de pesquisa para a sistematização da produção do espaço no litoral brasileiro a partir de informações de entidades, empreendimentos e órgão turísticos.

Dando sequência, situa-se o escrito intitulado como *Geografia do turismo de base comunitária no Brasil*, de João Paulo da Silva e Cristina Pereira de Araújo. Este artigo que teve como propósito analisar os 50 projetos de Turismo de Base Comunitária (TBC) apoiados pelo Ministério do Turismo no ano de 2008 e como estes buscaram, em sua realização, discutir os aspectos que envolvem essa modalidade de forma que demonstrasse como se deu sua repercussão com base em seu funcionamento.

A produção de autoria de Josiane Nascimento Andrade, Cristina Pereira de Araújo e Claudio Tadeu Cristino, denominado como *Aluga-se: densidade da oferta do Airbnb e segundas residências no litoral pernambucano*, propôs discutir a respeito da relação entre a densidade da oferta disponível na plataforma Airbnb de imóveis inteiros e segundas residências ao longo do litoral de Pernambuco, incluindo região metropolitana, municípios adjacentes e a ilha de Fernando de Noronha. Em suas considerações, os autores propuseram a visão de que há uma menor incidência no Recife e nas cidades próximas devido ao alto índice de domicílios e urbanização.

O trabalho subsequente, de elaboração de Cristina Pereira de Araújo e Denise Betânia Marques dos Santos, *A produção do espaço pelo turismo no litoral pernambucano: processos e contradições*, intentou, ao longo de sua construção teórico-metodológica, apresentar o processo de produção do espaço no litoral de Pernambuco. Em seu percurso, foram analisados os municípios de Recife, Ipojuca, Tamandaré e Ilha de Itamaracá devido aos altos índices correlatos à atividade turística.

O quinto escrito relacionado ao Dossiê do III CILITUR, destaca-se com o título de *Turismo para além das massas: o Turismo de Base Comunitária e sua repercussão no espaço litorâneo nordestino – do Maranhão à Alagoas*. Sob a autoria de Ilana Kiyotani, Marianna Magalhães e Michele Ferreira, esse artigo objetivou avaliar o Turismo de Base Comunitária (TBC) e sua presença e repercussão no litoral de sete dos nove estados que compõem o Nordeste brasileiro, sendo eles: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte,

Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Em consonância a isso, foi estabelecido um aporte teórico e um percurso metodológico que possibilitou a observação de 33 casos de TBC ao longo da área de estudo.

Elaborado por Sergio Moraes Rego Fagerlande, o artigo designado como *Turismo de Base Comunitária no Estado do Rio de Janeiro: um olhar sobre as atividades nas cidades litorâneas*, buscou entender de que modo as atividades de Turismo de Base Comunitária possibilitam uma alternativa para resolução de conflitos desiguais estimulados pelo quadro geral desta atuação. O recorte analítico escolhido baseia-se nas cidades litorâneas do estado do Rio de Janeiro.

Por fim, o último escrito foi composto por Wagner Fernandes Costa e Maria Aparecida Pontes Fonseca. Intitulado de *Produção do espaço no litoral potiguar: processos, contradições e conflitos*, os autores estabelecem um olhar sobre a relação entre o crescimento da atividade turístico-imobiliária e o surgimento de conflitos territoriais no estado do Rio Grande do Norte. Ao longo do texto, foi discutido de que modo o conflito estabelecido nas áreas litorâneas estão interligados ao surgimento de atores com distintas intencionalidades para com o uso do solo.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Alyne Karollayne Melquiades Souza da Silva

Hugo Arruda de Moraes

Nôeme Martins de Araújo

Natal/RN, verão de 2022.